



Índice

- 01 [UFU discute resolução sobre ensino de histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena](#)
- 02 [Marcos Mendes visita aldeia indígena no sul da Bahia](#)
- 03 [Índios descumprem acordo e voltam a invadir fazendas no sul da Bahia](#)
- 04 [Agropecuária Indígena Marãiwatsédé: Funai abre licitação para compra de insumos agropecuários para Terra Indígena Marãiwatsédé](#)
- 05 [Encontro reúne estudantes indígenas](#)
- 06 [Flip recebe líder yanomami e abre espaço para debates sobre os índios](#)
- 07 [Amir Lando denuncia abandono das comunidades indígenas na região de Guajará-mirim](#)
- 08 [Administração entrega trator para comunidade indígena em Tacuru](#)
- 09 [Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios](#)
- 10 [Comunidade quilombola Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz \(CE\) é reconhecida pelo Incra](#)
- 11 [A música africana dos quilombos no Festival Cais do Porto Musical](#)
- 12 [Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus](#)



territórios

- 13** Saúde indígena: MPF/RJ cobra aplicação de verbas em Angra dos Reis
- 14** Xukuru-Kariri solicita presença da Comissão de Direitos Humanos da OAB em Palmeira dos Índios (AL) para acompanhar caso de indígena preso
- 15** Cimi Regional Mato Grosso divulga documento final de Assembleia
- 16** Lideranças indígenas divulgam documento final de Aty Guasu realizada em Minas Gerais
- 17** Seminário debate Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável para as comunidades indígenas de Roraima
- 18** Davi Kopenawa Yanomami recebe ameaça de morte
- 19** Advocacia-Geral comprova legalidade de estudos para demarcação de terras indígenas no MS
- 20** Índio Cidadão? estreia no Paraná e revela cenário inconstitucional vivido por indígenas no Brasil
- 21** Liderança Indígena que está sob proteção do Estado é preso
- 22** Hospital Municipal José Sabóia: Descaso e Negligência
- 23** MPF/PA recomenda regularização de pistas de pouso em terras indígenas
- 24** Debate sobre meio ambiente deve ser politizado, defendem movimentos sociais
- 25** AGU garante posse de imóvel à Comunidade Quilombola de Kalunga, em Monte Alegre de Goiás



-
- 26** [MPF pede regularização de pistas de pouso em terras indígenas no Pará](#)
 - 27** [URGENTE: Índios invadem mais uma área no Rio Grande do Sul](#)
 - 28** [Recordar é preciso: Há dez anos assessor do Cimi defendia fim da tutela da Funai](#)
 - 29** [Índios xavantes passam por qualificação em agricultura familiar](#)
 - 30** [Depois de uma semana de ocupação, índios dividem área em 72 lotes e vão erguer barracos](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

UFU discute resolução sobre ensino de histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 28.07.2014

Conteúdos e atividades curriculares da universidade deverão sofrer mudanças

Por Isley Borges - Estagiário de jornalismo

A Diretoria de Ensino (Diren) e a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) convidam os coordenadores de cursos de graduação, juntamente com um membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), para participarem da I Roda de Conversa, promovida pela Comissão de Assessoramento e Apoio para o Desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-raciais na UFU.

O evento objetiva sanar dúvidas relativas ao cumprimento da resolução 04/2014 do Conselho de Graduação (Congrad), que estabelece a inclusão de conteúdos e atividades curriculares referentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro- Brasileira, Africana e Indígena, nos Projetos Pedagógicos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior da UFU.

Quando? 07 de agosto, às 14h

Onde? Sala de reuniões do bloco 3P (reitoria)

Marcos Mendes visita aldeia indígena no sul da Bahia

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 28.07.2014



O candidato ao governo do Estado, Marcos Mendes (PSOL), visitou a aldeia indígena de Tukum, localizada no município de Ilhéus, no sul do estado, nesta segunda-feira (28).

Habitada por 47 famílias que vivem com renda média de R\$ 500, o local ainda casas de taipa e pau a pique, sem água encanada. De acordo com Ramon Sousa Santos, conhecido como cacique Ytajibá, a aldeia deu entrada no programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), através da ONG Ação e Cidadania, na Caixa Econômica Federal, para solicitar o apoio do governo federal nas construções das residências. "Colocamos no projeto que queremos as casas circulares para não fugir da nossa cultura.

A nossa territorialidade deve ser mantida", afirmou. Já Mendes apoiou afirmou que s aldeias indígenas representam grandes legados da cultura brasileira. "Os índios foram os primeiros a povoar as terras do Brasil. As aldeias indígenas merecem e precisam da regularização fundiária e do acesso às políticas públicas do Estado brasileiro", frisou.



Índios descumprem acordo e voltam a invadir fazendas no sul da Bahia

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 28.07.2014

Mais duas propriedades rurais foram invadidas pela milícia de índios pataxó no município de Itamaraju, no sul da Bahia. As áreas ficam as margens da BR-101, no distrito de São João do Monte, conhecido como Montinho. De acordo com informações dos donos dos imóveis, a milícia indígena expulsou os funcionários (vaqueiros e familiares) e fizeram ameaças.

As novas invasões significam a quebra de um acordo firmado entre as lideranças indígenas e os Ministros da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência da República segundo o qual os índios não invadiriam novas propriedades e não fechariam os acesso às propriedades invadidas. O acordo foi firmado por Nilton Tubino em reunião com os líderes indígenas no início do mês de julho.

Na ocasião, Tubino informou aos produtores rurais que os Ministros José Eduardo Cardozo e Gilberto Carvalho já haviam decido enviar homens da Força Nacional para cobrar o cumprimento do acordo por parte dos índios. Os policiais não foram enviados conforme o prometido e os índios quebram o acordo.

Mais de cem propriedades foram invadidas pela milícia indígena na região. Todas foram saqueadas e os proprietários estão impedidos de circular pela área. Na ocasião da reunião com os índios, Tubino afirmou que o Governo sabe que os índios estão armados.

A situação na região é tensa. No final de semana os produtores se reuniram e decidiram criar uma organização local para reivindicar seus direitos. O ato da milícia em retomar as invasões pode ser uma represália à atitude dos produtores rurais.



Agropecuária Indígena Marãiwatsédé: Funai abre licitação para compra de insumos agropecuários para Terra Indígena Marãiwatsédé
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 28.07.2014

O Diário Oficial de hoje trás publicado a abertura de um edital de licitação da Coordenação da Funai de Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso, para compra de insumos agropecuários para os índios xavante de Marãiwatsédé. A Funai comprará adubo químico, arame para cercas, sal mineral e sementes, todos insumos para atividade agropecuária. Continue lendo para mais informações a íntegra do edital:

A área que a Funai chama de Terra Indígena Marãiwatsédé foi demarcada sobre a antiga Fazenda Suiá-Missu, uma gleba de terras com 165 mil hectares e mais de 100 hectares de pastos da melhor qualidade plantados com o suor dos milhares de agricultores que vivem no local.

No final de 2012 a Funai expulsou os agricultores e destruir as benfeitorias feitas por eles, incluindo casas, currais e cercas. Embora o Ministério Público Federal e o Governo, por meio da Advocacia Geral da União, estejam processando os agricultores expulsos pelo que chamam de "degradação da área", a Funai pretende usar a área "degradada" para criar gado para os índios se aproveitando do trabalho alheio.

Recentemente uma ONG de produtores rurais, a Aliança da Terra, iniciou um trabalho junto aos índios xavante com o objetivo de empoderá-los a criar gado na área. A ONG reformou currais, cercas e ensinou alguns índios a tratar do rebanho bovino que recebeu a sugestiva marca XM - Xavante Marãiwatsédé. O projeto sofreu críticas do movimento indigenista e dos ex produtores rurais.

Agora a própria Funai parece ter resolvido assumir a transformação de Marãiwatsédé na maior Fazenda de pecuária do Mato Grosso.

Veja a íntegra do Edital:

COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO DE CASCALHEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 2/2014 - UASG 194042

Nº Processo: 08100.000075/2014 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de adubo químico, arame para cerca, sal mineral, sementes agrícolas e mudas frutíferas, nativas e adaptáveis à região da Terra Indígena Maraiwatsede. Total de Itens Licitados: 00058. Edital: 28/07/2014 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Av Dos Expedicionários, 316, Centro RIBEIRAO
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

CASCALHEIRA - MT. Entrega das Propostas: a partir de 28/07/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/08/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Retirada do Edital no sítio: www.comprasnet.gov.br

WILSON MENEZES DA SILVA



Encontro reúne estudantes indígenas

SÍTIO CIDADES MS, 28.07.2014

Campo Grande receberá de 4 a 7 de agosto o II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), evento que reunirá cerca de 600 estudantes indígenas de diferentes regiões do Brasil e diversas etnias, que participam de mesas de discussões, mostras e apresentações de trabalhos, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e no Eco Hotel do Lago. Com o tema é "Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios", objetivo é proporcionar troca de experiências, além de fomentar o debate sobre o acesso e permanência de estudantes indígenas nas universidades.

Os diálogos buscarão detectar dificuldades, avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas para a educação dos povos indígenas em todos os níveis de ensino. Além de acadêmicos do Brasil, também estarão presentes indígenas do Equador, pesquisadores, professores e representantes de instituições como Ministério da Educação, Ministério Público e Fiocruz.

Acadêmicos e egressos indígenas sul-mato-grossenses da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) são responsáveis pela organização do evento. As quatro universidades são parceiras em projeto que apoia a permanência de indígenas no Ensino Superior em Mato Grosso do Sul, o Rede de Saberes, financiado pela fundação Ford.

Serviço

II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas

Data: 4 a 7 de agosto

Locais: UCDB – Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário e Eco Hotel do Lago - Rua Bom Retiro, 1098 - Chácara das Mansões.



Flip recebe líder yanomami e abre espaço para debates sobre os índios

SÍTIO UOL, 28.07.2014

"Gostaria de deixar uma mensagem pro povo da cidade. Gostaria de falar um pouco sobre mim. Sou um yanomami que gosta de lutar, defender o meio ambiente. Os garimpeiros de Boa Vista ficaram com raiva de mim, estão me perseguindo e querem acabar com a luta do meu povo, com a nossa cultura tradicional. O homem da cidade gosta de matar índio, então queria dar essa mensagem para, quem ler, pensar sobre mim, falar com nosso governo para que ele não deixe acontecer de acabarem com as lideranças que lutam. Eles querem me matar porque não gostam que eu lute. Querem que deixe destruir a natureza, sujar o rio, crescer as doenças nas comunidades indígenas. Eles não gostam de índio que luta. Em 11 de junho passado, entraram na sede duas pessoas me procurando para me pegar, levar pra fora e me amarrar ou matar, mas consegui fugir e voltei para minha comunidade. Aqui eu não tenho segurança, eu mesmo me cuido, não saio na rua à noite. Sei que corro riscos".

Davi Kopenawa é uma das maiores lideranças indígenas do mundo – em sua tribo, dentro da Terra Indígena Yanomami, uma área 96 mil quilômetros quadrados na Amazônia, já recebeu personalidades como o rei norueguês Harald 5º e o ex-jogador de futebol David Beckham. Está à frente da Hutukara Associação Yanomami, fundada justamente para defender os direitos de seu povo. Foi na sede da entidade, na capital de Roraima, que sofreu as ameaças que descreve. Provavelmente ele falará sobre isso na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), que começa nesta quarta (30). Na sexta (1º), ele dividirá a mesa "Marcados" com a fotógrafa Claudia Andujar.

Mas não é só isso. Davi também aproveitará a oportunidade para dizer aos jovens da cidade sobre as visões de mundo do seu povo, sobre seus sonhos (a preservação das belezas naturais, rios com abundância de peixes, florestas com muitos animais...), sobre a maneira de se relacionar com as forças da natureza, sobre sua mitologia. "Vou aproveitar para falar com eles sobre nossa terra, nossos costumes, sobre os povos indígenas do Brasil. Vou pedir para que conheçam mais de nós, índios brasileiros, que respeitem nossa língua, nossos costumes, o lugar onde moramos, lá não pode poluir, destruir, derrubar as árvores, fazer estrada". Ele também conta estar curioso para "conhecer mais a cultura não indígena, de participar da Festa".

"Eu sou filho de antropóloga, tenho convivência com o tema indígena desde de pequeno. Ao montar a grade da Flip, percebi que o Davi era um autor brasileiro que tinha lançado um dos livros mais importantes da ciências humanas dos últimos anos e no Brasil ninguém sabe quem ele é, não costuma ser convidado para festivais. Então quis chamá-lo, ele tem muito a contar sobre a própria vida", diz Paulo Werneck, curador desta edição da Festa, justificando o convite a Davi.

É a primeira vez que a Flip abre um considerável espaço para que haja algum aprofundamento
CONT.



em temáticas indígenas. Além da presença de Davi e Claudia, a mesa "Tristes trópicos" também, provavelmente, abordará o assunto. Ela acontecerá no dia 2, com os antropólogos Beto Ricardo e Eduardo Viveiros de Castro. Com isso, quase 10% dos convidados à Festa deverão, de alguma forma, falar sobre índios. "Acho que a Flip presta atenção até tarde para essa temática, que já está no mundo intelectual há muito tempo. Estamos levando pelo perfil intelectual que eles têm, mas é claro que há diversas ameaças aos interesses dos índios nesse momento, como a Amazônia, que se tornou um grande centro de interesses econômicos, então esse lado também pode ser interessante. Além disso, é uma oportunidade para, talvez, conhecermos mais do xamanismo, algo que sempre ouvimos falar", opina o curador.

A queda do céu

Quando Werneck refere-se ao livro de Davi como "um dos livros mais importantes da ciências humanas dos últimos anos", está falando sobre "A queda do céu", que o yanomami escreveu em co-autoria com o antropólogo francês Bruce Albert – coube ao europeu passar para o papel as histórias que o índio lhe narrou, trabalho que levou cerca de quatro anos, dificultado principalmente pela tradução da língua yanomami para o francês. "Não queria que só os antropólogos escrevessem sobre nós, sobre nossa cultura. Eu me criei dentro da floresta, escutava meu pai contando histórias muito bonitas e queria escrever isso, o que eu escutava das lideranças sobre as terras, os rios, as montanhas, o sol, o céu, o universo em geral. Acho muito interessante eu escrever para não índio ler e pensar sobre a preservação da natureza. O livro é uma espécie de defesa do povo, não apenas dos indígenas, porque os não indígenas estão destruindo a beleza do nosso planeta. O livro serve para quem não conhece, nunca viu índio. Eles precisam aprender a respeitar nossa terra, nosso direito".

Em suas mais de 800 páginas, "A queda do céu" apresenta o pensamento yanomami e a preocupação com o possível fim do mundo, que poderia ser precipitado pela destruição da natureza pelo homem. Além disso, ressalta o permanente diálogo, que se arrasta desde o início do mundo, entre os indígenas e os espíritos que regem o universo para que o céu não caia sobre a Terra, aniquilando todo o planeta. A obra, que foi publicada em 2010 na França – onde se tornou best-seller - e em 2013 nos Estados Unidos, sairá no Brasil em 2015 pela Companhia das Letras.

Ser reconhecido primeiro fora do país, aliás, parece ser algo inerente a Davi. Quando resolveu buscar apoio para combater os garimpos que ainda ameaçam o seu povo (seja destruindo a terra, seja com as mortais doenças que os garimpeiros levam aos índios), foi no exterior que encontrou mais pessoas dispostas a lhe ajudar. "O povo de fora quer preservar a floresta, o pulmão do mundo, porque eles acabaram com as deles. Então eles dão mais importância agora, para não acabar tudo. Eles são mais preocupados". Contudo, logo na sequência faz uma ponderação: "Mas são só alguns, a maioria não quer preservar, quer rasgar a terra, sujar o rio... Tem empresário grande que fala isso".

"A minha experiência diz que o Davi conseguirá transmitir o perigo que o mundo está correndo com a desenfreada necessidade de desenvolver tudo, ocupar tudo e chegar com isso ao fim", diz Claudia, que, para o evento, está preparando uma série de imagens que retratam o

CONT.



trabalho dos xamãs. "Como essas imagens contam toda uma história, é uma apresentação muito tensa, justamente para mostrar que se não frear esse desenvolvimento a todo custo, então o mundo vai acabar e o céu vai cair. Farei uma pequena introdução e tenho a esperança que o Davi comente as fotos", revela a fotógrafa.

Amizade

Claudia e Davi também levarão à mesa uma amizade que começou a ser construída na década de 1970. Os primeiros contatos foram esparsos mas se intensificaram quando a fotógrafa fez parte da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), que, em 1992, conseguiria que o governo realizasse a demarcação das terras yanomamis e, depois disso, seria rebatizada como Comissão Pró-Yanomami.

Talvez o passado de Claudia e Davi, suas tragédias familiares, também tenha contribuído para a amizade entre os dois. Ela nasceu na Suíça em 1931, mas cresceu na Romênia, de onde fugiu com sua mãe em 1944, enquanto todo o resto de sua família era assassinada pelos nazistas. Viveu um tempo nos Estados Unidos e depois veio para o Brasil. Foi viajando pelo país que percebeu que se sentia melhor com populações carentes do que com a alta sociedade e encontrou na fotografia uma maneira de contornar a língua que não dominava. Sentiu-se muito bem quando conheceu os índios carajás e, fotografando para a revista Realidade no começo dos anos 1970, descobriu os yanomamis. Resolveu, então, mudar a vida: passaria a se dedicar a conhecer aquele povo da Amazônia. Povo onde estava Davi, índio que presenciou o primeiro contato de sua tribo com os homens brancos, o que levou à morte, por epidemias de doenças, boa parte da população de sua aldeia, incluindo seu pai e sua mãe.

Em 2000, por problemas de saúde, Claudia deixou a CCPY e só voltou às terras yanomamis em 2010. Ficou surpresa com a recepção que teve. "Andando na aldeia, as pessoas me reconheceram, aquelas que me conheceram em 70, 80 e 90. Fiquei muito impressionada com isso. Muitos deles me chamaram de mãe", conta ela que, em breve, pela relevância e qualidade de sua obra, terá um pavilhão exclusivo no Instituto Inhotim, que conta com um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do país

Relevância do tema

Há algum tempo que temas indígenas orbitam em torno da Flip, seja na presença de índios que aproveitam a festa para vender artesanatos, seja nos debates. Em 2009, Chico Buarque, que dividia uma mesa com Milton Hatoum e Samuel Titan Júnior, destacou um manifesto distribuído pelo Fórum de Comunidades Tradicionais, dentre elas os guaranis, que mostrava como a exploração imobiliária estava forçando aqueles que habitavam Paraty há décadas a deixarem suas terras. Dois anos antes, em 2007, alunos das escolas indígenas Guarani Tava Mirim e Karai Oka haviam apresentado danças e cantos de suas aldeias na Flipinha. Na sequência, também participaram de um painel sobre "raízes" da Ciranda de Autores junto de Daniel Manduruku e Fátima Miguez.

CONT.



Ao explicar a relevância intelectual do tema, Werneck chama atenção para livros recentes que trazem histórias indígenas. São títulos como a série "Poesia", organizada por Sergio Cohn, que tem um volume dedicado aos cantos ameríndios, e "Quando a terra deixou de falar", de Pedro Cesarino. "É importante ter o pensamento indígena num festival literário porque já há obras que incorporam os índios à literatura brasileira, que pegam os mitos e transformam em poesia, por exemplo. Eles foram os primeiros caras a se dedicar à literatura no país. O livro do Davi prova que os índios estão aqui no Brasil mostrando e produzindo alta inteligência, complexa", posiciona-se o curador.

Provavelmente isso é a consequência de um trabalho que vem sendo feito há anos e, atualmente, encontra-se em um momento tecnicamente favorável. "Hoje em dia há muitos antropólogos e linguistas – inclusive indígenas – que têm bons conhecimentos das línguas indígenas contemporâneas, o que viabiliza o registro e a difusão de contribuições dos povos indígenas com outras culturas", diz Beto Ricardo, que, como já dito, estará na mesa "Tristes trópicos" ao lado de Eduardo Viveiros de Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor de obras importantes sobre antropologia e etnologia e que teve como um dos mentores o francês Claude Lévi-Strauss, um dos antropólogos mais importantes da história.

Beto Ricardo coordena o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), do qual é um dos fundadores. Ele é outro que conhece Davi (considera-o "uma pessoa inspirada, cuja trajetória de vida o fez um homem-ponte entre mundos") há mais de três décadas. Como Claudia, foi membro da CCPY – incorporada ao ISA em 2008 – e seu programa no Instituto possui um termo de cooperação com a Hutukara. "Apoiamos várias iniciativas do povo yanomami, dentre as quais a realização de encontros de xamãs, a expansão de uma rede de comunicação por radiofonia, o intercâmbio com os yanomami da Venezuela e algumas pesquisas sobre os conhecimentos tradicionais e diálogos interculturais". Dentre esses apoios, está a tradução de "A queda do céu".

O antropólogo diz ter ficado surpreso com a abertura da Flip para o assunto. Explica que seria interessante se a ocasião fosse aproveitada para se tratar de diversas questões pertinentes aos índios, como a demarcação de novas terras, o respeito aos espaços já demarcados e os problemas dos guaranis, o povo indígena mais numeroso do país, que, em alguns lugares, vivem literalmente à beira das estradas. Também considera importante que a temática seja abordada "de uma forma não apenas episódica, mas incorporando narradores e autores indígenas, como um nicho de mercado", mas ressalta que políticas públicas são essenciais para se possibilitar a tradução de narrativas das cerca de 150 línguas indígenas para o português.



Amir Lando denuncia abandono das comunidades indígenas na região de Guajará-mirim

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 28.07.2014

O deputado federal Amir Lando (PMDB-RO) convidado pelos caciques das aldeias na região de Guajará-mirim, nas margens do rio Pacaás novos visitou cerca de seis comunidades indígenas para ouvir "in loco" os problemas apresentados por eles após as enchentes que destruíram as roças de mandiocas e toda a sua lavoura de diversas culturas.

Amir disse que são sete Terras Indígenas em toda região: Igarapé Lage, Pacaás Novos, Rio Guaporé, Rio Negro Ocaia, localizadas no Município de Guajará-Mirim.

O principal grupo indígena da Coordenação Regional de Guajará - Mirim é denominado de "Pacaás Novos", devido ao rio Pacaás Novos que corta a região. No entanto, os indígenas dessa etnia se autodenominam povo "Oro Wari" e os Oro Waram, Oro Waramxijein, OroMon e Oro nao que também são numerosas.

Os Pacaás Novos (Oro Warí) habitam seis dos territórios mencionados, enquanto as outras etnias habitam o Rio Guaporé.

As comunidades visitadas pelo parlamentar, conforme relatos dos próprios caciques, com a perda de suas plantações, devido à enchente histórica estão passando por dificuldades para alimentar sua população.

O parlamentar disse que a exemplo do que foi oferecido aos moradores das cidades urbanas atingidas pela cheia, o auxílio moradia e vida nova o governo deveria também ofertar aos índios, porque estão passando fome dentro de suas localidades.

Amir afirmou que houve um aumento considerável da população indígena. Muitas crianças nas aldeias estão passando por todo tipo dificuldade, inclusive de saúde.

Segundo relato, o que os índios querem é uma maior evolução na agricultura com mecanização e melhores estradas para o escoamento de sua produção. Eles podem se tornar um dos maiores produtores de farinha, caso tenham incentivo do Poder Público.

Não existem mais estradas e o acesso é feito somente de barco aonde os índios vão em busca de alimentos, remédios ou qualquer tipo de ajuda, para uma população que só cresce. Amir disse os índios estão literalmente abandonados e suas estruturas mínimas são precárias.

"Os índios estão querendo apenas uma cidadania plena, garantida pela Constituição Federal", frisou. Uma frase marcante dita por um dos caciques ao parlamentar foi que: "Somos um só, índios e brancos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

Os índios também reclamaram do abandono digital, porque assim como os brancos querem acesso a internet. Além disso, pediram ao parlamentar a possibilidade de uma escola técnica profissionalizante para a comunidade voltada para a realidade deles.

Amir Lando, disse que nesse momento, é preciso a intervenção imediata do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, disponibilizando para as comunidades indígenas, programas de acesso a agricultura mais desenvolvida. O parlamentar acrescentou que vai pedir a intervenção também da FUNAI e do Ministério da Justiça para que os índios tenham uma atenção mais digna, porque querem entrar no mundo civilizado. "Eles não querem ficar apenas à parte do mundo moderno", finalizou.

Fonte: Assessoria



Administração entrega trator para comunidade indígena em Tacuru

SÍTIO A GAZETA NEWS, 28.07.2014

Lideranças da comunidade indígena da Aldeia Jaguapiré estiveram na última semana no pátio da prefeitura de Tacuru para receber um trator para serviços gerais a serem realizados por toda a comunidade.

A administração construindo o futuro 2013/2016 através do prefeito Paulo Pedro Rodrigues "Pedrinho" tem atendido a necessidade do povo indígena, hoje este implemento é de muita utilidade para a Aldeia Jaguapiré principalmente no atendimento à lavoura comunitária e outras necessidades onde precisam de um meio de transporte de maior porte devido às cargas diversas que ali realizam.

Entre as lideranças presentes na entrega do trator totalmente reformado e em ótimas condições de uso estava o ex vereador Alfredo Martins Gray, uma das grandes lideranças da comunidade indígena da Aldeia que disse: "Nossa comunidade está muito contente com o prefeito Pedrinho, pois ele sempre nos atende e tem sido um grande amigo de nossa comunidade e um ótimo prefeito".

Fonte: Assessoria Prefeitura



Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios

SÍTIO CEDEFES, 28.07.2014

Planejamento traz estratégias. Ainda precisamos de mais esclarecimentos para saber como essas questões de planejamento podem trazer mais elementos para apoiar na preservação do território como está

Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios. "Planejamento traz estratégias. Ainda precisamos de mais esclarecimentos para saber como essas questões de planejamento podem trazer mais elementos para apoiar na preservação do território como está", Cleucilene – Quilombo Abui.

Nos dias 21 a 24 de julho, a Associação Mãe Domingas, a Cooperativa do Quilombo e a Comissão Pró-Índio de São Paulo promoveram a primeira série de oficinas destinadas a apresentar e discutir novas ferramentas para planejamento e gestão territorial no território Alto Trombetas onde vivem cerca de 180 famílias distribuídas em cinco comunidades.

Fonte: <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2014/07/quilombolas-de-oriximina-discutem-novas.html>

Comunidade quilombola Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz (CE) é reconhecida pelo Incra

SÍTIO INCRA, 28.07.2014



A comunidade quilombola de Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza, teve seu território reconhecido e delimitado pelo Incra, através de portaria publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (25).

Estudos realizados pela superintendência regional do Incra no Ceará reconheceram a presença de 137 famílias remanescentes de quilombos e delimitaram a área de 1,4 mil hectares de território quilombola.

A publicação da portaria conclui o período de análise e julgamento de contestações acerca de estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos realizados na comunidade e reunidos em um documento chamado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Com a aprovação definitiva do RTID de Lagoa do Ramo e Goiabeira, a presença da comunidade e o tamanho de seu território não podem mais ser contestados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

As famílias aguardam agora a publicação de decreto presidencial definindo a área de interesse social para desapropriação, com o objetivo de criação do território quilombola e a posterior entrega do título de propriedade coletiva do território à comunidade.

Conheça aqui o passo a passo do processo de reconhecimento ou consulte o andamento de processos já abertos no Incra.

A música africana dos quilombos no Festival Cais do Porto Musical

SÍTIO AGENDA BAFAPÁ, 28.07.2014



Em agosto, o Festival Cais do Porto Musical leva ao Centro Cultural Ação da Cidadania A Música Africana nos Quilombos. A apresentação da música afro-brasileira que originou o afoxé, lundus, jongo, maracatu, maxixe e o samba de roda virá através dos grupos Tambores de Olokun e Afoxé Filhos de Gandhi, que durante suas performances artísticas, terão comentários da historiadora Helena Theodoro que falará sobre "Música e dança: resistência dos quilombos".

O grupo Akanni abre a roda com capoeira e jongo, mantendo a tradição das Rodas de Capoeira no Largo dos Guimarães em sua Santa Teresa de origem.

O Grupo Tambores de Olokun, que abre a programação musical, vai mostrar o Maracatu num caldeirão de religiões, instrumentos, ritmos, danças, cantos e línguas que se misturam e influenciam há séculos.

Logo após, vem o grupo Afoxé Filhos de Gandhi, que levará ao Centro Cultural Ação da Cidadania a mesma característica de "cortejo carnavalesco dos adeptos da tradição afro-nagô" ou simplesmente chamado de "candomblé de rua", tornando-se desta forma um elemento da tradição carnavalesca carioca, circulando entre o profano e o sagrado, com a desenvoltura necessária de quem tem a responsabilidade de retratar e preservar a expressão de um grupo social, através de sua cultura e religiosidade.

A apresentação da Lenda de Oxum, direção artística de Regina Sales, com as baianas de Gandhi e a charanga tocando os ritmos dos santos com afoxés e samba de roda abre caminho para o cortejo final da música africana dos quilombos. Nesse momento, o público será

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

convidado a seguir em cortejo no entorno do galpão do Ação, tendo como destino final o Cais do Valongo.

O festival tem como objetivo resgatar, através de apresentações artísticas, palestras e oficinas técnicas e concertos didáticos, a música brasileira na linha do tempo de sua formação, desde a música indígena, passando pela música europeia e africana, encontrando seus elementos musicais de origem, influências e fusões.

Dia 07 de agosto das 15h às 17h – Dança Afro Brasileira – com Carlos Mutalla e Alê de Freitas e Percussão – com Mestre Koquinho para estudantes da rede municipal de ensino.

Dia 08 de agosto às 19h - Apresentações artísticas comentadas: Tambores de Olokun e Afoxé Filhos de Gandhi com comentários da historiadora Helena Theodoro. Outras apresentações: Grupo Akanni e Lenda de Oxum.

Local: Centro Cultural Ação da Cidadania

Endereço: Av. Barão de Tefé, 75 – Centro (prox. Praça Mauá e do Hospital dos Servidores)

Classificação etária: 12 anos

Capacidade do local - 1.000 lugares

Mais informações: 21 2233-7460

Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014



“Planejamento traz estratégias. Ainda precisamos de mais esclarecimentos para saber como essas questões de planejamento podem trazer mais elementos para apoiar na preservação do território como está”, Cleucilene – Quilombo Abui.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Nos dias 21 a 24 de julho, a Associação Mãe Domingas, a Cooperativa do Quilombo e a Comissão Pró-Índio de São Paulo promoveram a primeira série de oficinas destinadas a apresentar e discutir novas ferramentas para planejamento e gestão territorial no território Alto Trombetas onde vivem cerca de 180 famílias distribuídas em cinco comunidades.

As duas oficinas, facilitadas por Stéphanie Nasuti e Vanusa Babaçu, foram viabilizadas com o apoio de ICCO e do PNUD. As oficinas transmitiram fundamentos teóricos sobre as noções de planejamento, gestão e suas aplicações ao território. Os conceitos foram trabalhados a partir de atividades em grupo, utilizando um material diversificado: reflexão sobre pequenos textos; caracterização dos principais elementos do território e das várias dimensões que o compõem; desenho de mapas identificando as principais áreas de uso; e, identificação das potencialidades e fraquezas do território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

As oficinas constituem a primeira atividade do projeto desenvolvido pela Associação Mãe Domingas, a Cooperativa do Quilombo e a Comissão Pró-Índio com o objetivo de construir o plano de gestão do Território Alto Trombetas.

“Com certeza a gente quer preservar para que o que temos permaneça ao longo dos tempos. O que eu entendo por planejamento territorial é tudo que a gente tem de fazer de forma que não prejudique nosso futuro. Para mim, é elaborar nossas ações para não prejudicar o que nós temos”, Albenize – Quilombo Abui.

O Território Quilombola Alto Trombetas

A Terra Quilombo Alto Trombetas foi parcialmente titulada em 2003 pelo Instituto de Terras do Pará, com 61.211,9600 hectares em nome da Associação Mãe Domingas.

A outra porção do território, que soma 151.923 hectares, encontra-se em processo de titulação pelo Incra. O Relatório Técnico de Identificação dessa porção do território encontra-se tecnicamente aprovado desde abril de 2013 mas não é publicado por determinação do Incra em Brasília até que se chegue a um acordo com o ICMBio uma vez que a mesma encontra-se sobreposta a duas unidades de conservação.

Além do desafio de garantir a titulação de suas terras, os quilombolas do Alto Trombetas lutam para fazer valer o seu direito frente aos planos de expansão da área de extração de bauxita da Mineração Rio do Norte em suas terras a partir de 2021. A empresa é a maior produtora de bauxita do Brasil e tem entre seus acionistas grandes empresas como Vale do Rio Doce, Rio Tinto e Billiton.

Saiba mais sobre os quilombolas de Oriximiná em: www.quilombo.org.br



Saúde indígena: MPF/RJ cobra aplicação de verbas em Angra dos Reis

SÍTIO MPF/PGR, 28.07.2014

Recomendação pede transparência no uso de mais de R\$ 2 milhões repassados nos últimos anos

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) expediu recomendação à prefeitura de Angra dos Reis para assegurar transparência na aplicação de recursos destinados à saúde indígena nos últimos 13 anos. As verbas fazem parte da política do Governo Federal de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI), tendo sido repassados ao município mais de R\$ 2 milhões.

Além de cobrar a prestação de contas do município, o MPF quer ainda que a prefeitura de Angra dos Reis elabore um Plano de Aplicação do saldo remanescente do IAB-PI, bem como consulte as comunidades indígenas envolvidas para identificar as áreas prioritárias que devem ser contempladas com os investimentos.

"A população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários", alerta o procurador da República Felipe Bogado Leite, autor da recomendação.

De acordo com informações do Ministério da Saúde, há saldo remanescente do IAB-PI na conta de diversos municípios e que não foram aplicados para assegurar a saúde indígena.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Tels.: (21) 3971-9488/9460
www.prrj.mpf.mp.br



Xukuru-Kariri solicita presença da Comissão de Direitos Humanos da OAB em Palmeira dos Índios (AL) para acompanhar caso de indígena preso
SÍTIO CIMI, 28.07.2014

Por Renato Santana,
de Recife (PE)

Lideranças indígenas do povo Xukuru-Kariri solicitaram nesta segunda-feira, 28, a presença da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Palmeira dos Índios (AL) para acompanhar e monitorar a situação da prisão do agente de saúde José Carlos Araújo Ferreira Xukuru-Kariri, que desde o último dia 11 está detido de forma temporária na delegacia de polícia do município e aguarda acusação formal à Justiça. Polícias passaram a intimidar e apontar os indígenas como pistoleiros.

Conforme um indígena, o qual preservamos o nome por motivos de segurança, policiais da delegacia onde Carlinhos, como é mais conhecido, se encontra detido impedem o agente de saúde de falar com lideranças do povo Xukuru-Kariri e integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Esses policiais falam diretamente que somos pistoleiros, que a arma encontrada com o Carlinhos é 'pinada', ou seja, de pistoleiro, diz para tomarmos cuidado. Nos intimidam e criminalizam. Isso preocupa", diz.

Esta programada para esta terça, 29, um encontro entre indígenas xukuru-kariri e integrantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em Palmeira dos Índios. Carlinhos é uma das três lideranças do povo Xukuru-Kariri assistidas há um ano pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos da secretaria. São inúmeras as ameaças sofridas pelas lideranças, além de intimidações da polícia alagoana.

"Com as novas retomadas de terras tradicionais, as ameaças e perseguições aumentaram. O trabalho de demarcação da Funai melhorou a situação porque muitos posseiros aceitam a indenização. Até que o Ministério da Justiça mandou paralisar, no primeiro semestre deste ano, o procedimento demarcatório. Fez isso por pressão dos senadores Fernando Collor e Renan Calheiros, da base aliada do governo, e tudo ficou ruim novamente", explica o xukuru-kariri.

A mãe de Carlinhos fala constantemente em suicídio e o filho acredita que o pai está em atividade política em Brasília, conta um familiar do indígena preso. Como desempenha a função de agente de saúde, o povo Xukuru-Kariri está sem o profissional que ministra medicamentos, agenda e encaminha consultas, monitora os doentes e as mulheres grávidas. "Tem um rapaz que precisa tomar remédios psiquiátricos e só deixa Carlinhos aplicar a medicação. Não era só na luta pela terra, mas nesse aspecto da saúde a comunidade sente muito a falta dele", diz um indígena.

Histórico

CONT.



Policiais militares prenderam Carlinhos em área de retomada da Terra Indígena Xukuru-Kariri, que fica ao lado da aldeia Cafurna de Baixo numa região contígua ao núcleo urbano de Palmeira dos Índios. De acordo com suposta denúncia anônima, policiais foram informados de um assalto no centro da cidade e que o suspeito, portando moto e capacete pretos, teria seguido na direção do bairro da Cafurna.

Coincidentemente o capacete e a moto de Carlinhos atendiam à descrição dos equipamentos usados pelo suposto assaltante e relatada na denúncia. Abordado, o indígena foi revistado e com ele os policiais encontraram um revólver calibre 38. "Mesmo protegido pelo Estado, Carlinhos era muito ameaçado. Há tempos que queriam pegá-lo porque sabem da importância de Carlinhos para o povo Xukuru-Kariri na luta pela terra", afirma outra liderança do povo.

"Carlinhos estava armado porque recebe ameaças contra sua vida. Além disso a prisão ocorreu dentro de área indígena e a jurisdição é federal", defende o advogado da liderança, Isloany Nogueira Brotas.



Cimi Regional Mato Grosso divulga documento final de Assembleia
SÍTIO CIMI, 28.07.2014

Nós, membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), participantes da 40ª Assembleia do Regional Mato Grosso, realizada na Diocese de Rondonópolis, de 21 a 25 de julho de 2014, vimos a público externar as preocupações que permearam esses dias de reflexão sobre a conjuntura nacional e regional em que estão envolvidos os povos indígenas.

Foram dias de convívio, oração e estudo em que fortalecemos e reafirmamos nosso compromisso incondicional com a luta dos povos indígenas que habitam o Mato Grosso, na defesa de seus territórios e de seus direitos constitucionais.

Ao longo desses três últimos governos, vivemos progressivamente uma imensa frustração de sonhos e esperanças, pois a realidade atual se nos apresenta sempre mais ameaçadora a partir de uma política governamental claramente anti-indígena, aliada ao agronegócio, instigando sempre maior violência contra a demarcação das terras indígenas. A situação do povo Chiquitano e a negação de sua identidade étnica-cultural, assim como a ameaça da continuidade da dizimação de diversos povos isolados torna-se crucial, confirmando o colonialismo e o genocídio impetrados ao longo da história.

Em sua sanha capitalista pela apropriação e exploração das terras, os grandes invasores de territórios indígenas, ao mesmo tempo em que ameaçam, violam direitos e assassinam lideranças, articulam-se no sentido de, retrocedendo processos, restringir os direitos duramente conquistados na Constituição Federal de 1988.

Diante desse quadro bastante sombrio, os indígenas têm se organizado em sucessivas manifestações contra a PEC 215, PEC 237, PL 227, PL 1610, Portaria 303 e em favor do cumprimento dos direitos constitucionais e da efetivação da Convenção 169, constantemente desrespeitada.

O Conselho Indigenista Missionário acaba de lançar o Relatório de Violência contra os povos indígenas, referente ao ano de 2013 e entre os temas mais pertinentes a situação da saúde ocupa um espaço significativo. Analisando o contexto nacional, constatamos que o atendimento à saúde indígena através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), está hoje equiparado ao caos em que é sujeito todo cidadão brasileiro em no país. Reiteramos, no entanto, que o Sistema Único de Saúde foi uma conquista popular e como projeto, responderia às necessidades da população, embora a sua péssima gestão e manipulação política sirvam apenas aos interesses daqueles que fazem da saúde um negócio lucrativo.

Exatamente devido a essa realidade, o tema "Agrotóxicos e Povos Indígenas" foi escolhido para essa assembleia, com a assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. A tônica da reflexão incidiu sobre a soberania alimentar dos povos, a partir da valorização e resgate das sementes crioulas em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

contraposição ao modelo predatório de desenvolvimento implantado pela hegemonia do agronegócio, que atinge sempre mais drasticamente as populações indígenas.

Ao definir ações concretas decorrentes dessa assembleia, optamos por intensificar o projeto regional de intercâmbio de sementes e saberes entre os diferentes povos. Acreditamos que a agroecologia nos abre perspectivas de vida e Bem Viver.

Comprometidos/as com as lutas dos Povos indígenas, ao encerrar essa assembleia, reafirmamos nossa decisão de empenhar esforços e ações conjuntas para construir uma outra economia, uma outra sociedade - o Projeto do Deus da Vida, o Reino de Paz, Justiça e Integridade da Criação.



Lideranças indígenas divulgam documento final de Aty Guasu realizada em Minas Gerais

SÍTIO CIMI, 28.07.2014

De 21 a 23 de julho de 2014, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no âmbito do 46º Festival de Inverno da UFMG, foi realizada a Grande Assembleia Aty Guasu, com a presença das lideranças, acadêmicos e professores indígenas dos seguintes povos: Terena (Mato Grosso do Sul), Tupinambá (Bahia), Guarani (Mato Grosso do Sul), Kaiowá (Mato Grosso do Sul), Mbya (São Paulo), Kaingang (Rio Grande do Sul), Pataxó (Minas Gerais), Maxakali (Minas Gerais), Guajajara (Maranhão). Nesta Assembleia, relatamos nossa situação atual vivida nas terras tradicionais em litígio histórico em cinco regiões do Brasil.

Quando os europeus entraram aqui, nos mataram com doenças, nos mataram com bala. Hoje continuam nos matando com isso tudo e também com a Justiça, que decreta os despejos, aquilo que chamam de reintegração de posse, mas que na verdade são apenas áreas recuperadas que pertenciam a nossos pais e avós. Eles -não-indígenas- são os verdadeiros invasores. São 514 anos de invasão. Nós somos povos resistentes. A ciência, a história dos brancos, por exemplo, ainda diz que os Tupinambá da Costa brasileira foram extintos, acabaram, mas eles ainda estão aqui hoje. Os não-indígenas se esquecem que, quando queimaram o tronco, ainda havia as raízes e elas estão brotando. São nossas retomadas. Não vamos desistir. Vamos lutar. Não temos arma, só temos maracá e reza, no caso dos Guarani, temos Ñanderu, e, além disso, estamos estudando, formando nossos jovens na graduação e na pós graduação. Vamos lutar, não vamos desistir, nunca!

Sempre estamos ouvindo que não vamos conseguir, que não vamos resistir. Que existe a PEC 215 e outras leis que vão ser aprovadas contra nós, que existe decisão do STF contra nossas ocupações, que existe a mídia, a bala e a segurança dos fazendeiros contra nós. Mas queremos aqui dizer, nossa luta vai continuar, não vamos sair do lugar onde nossos pais e avós nasceram e viveram, só vamos sair daqui mortos, nossa decisão é ficar na nossa terra. Não tem outra Lei, não tem arma, não tem nada que vai fazer estes povos desistirem, não vamos recuar, ninguém vai sair da nossa terra, vivo ninguém vai sair. Os juízes, os advogados dos fazendeiros, o governo brasileiro deveriam levar isso em conta. Essa já é a vida dos jovens indígenas, eles já nasceram nessa luta. Isso já virou um ritual, não vão descansar, já enfrentaram bala, já enfrentaram vários despejos, vão continuar enfrentando tudo isso.

O que estamos querendo não é toda terra do Brasil, não. É um pequeno pedaço de terra aqui, outro acolá. Estamos pedindo por uma vida digna, viver na nossa terra em harmonia com a mãe natureza, preservar nossas tradições e que estas sejam respeitadas. Queremos que nossas crianças possam correr livres na comunidade e se banhar nos rios sem risco de contaminação, resguardando, assim, um futuro para aqueles que resistem. Líderes de diversas comunidades estão sendo ameaçados, perseguidos e aprisionados injustamente, de forma a desmobilizar a nossa luta. Chega de morte! Já não temos mais lágrimas para chorar tanta violência e abandono que estamos sofrendo.

CONT.



O documento recente produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre conflitos no campo no Brasil em 2013, confirma as narrativas de nossa Assembleia: contou-se 829 vítimas de violência neste ano, entre elas assassinatos, ameaças de morte, prisões, intimidações, tentativas de assassinato e outras. Destas, 238 vítimas são indígenas. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Não se tem registro de situação semelhante em outro momento dos 29 anos que a CPT publica o relatório Conflitos no Campo Brasil.

Durante a grande Assembleia Aty Guasu do Festival de Inverno da UFMG, relatamos várias ofensivas históricas e atuais contra os direitos constitucionais dos povos indígenas, violações de direitos Indígenas e Humanos, no contexto atual em que há paralisação da demarcação das terras indígenas no âmbito da esfera federal e em que há criminalização, prisões ilegais das lideranças indígenas. Identificamos que há política de amplificação de ódio, violência, racismo e a discriminação institucional permanente contra os povos indígenas, conduzidas por grandes fazendeiros ruralistas anti-indígenas, permitida e promovida pelos poderes judiciários, legislativos e executivos do Brasil da República, isto é. pelo Estado brasileiro. Por exemplo, nas terras em litígio, nós povos indígenas sofremos o cerco e ameaça de jagunços armados e de forças policiais; no caso de povo Tupinambá é cercado e ameaçado permanentemente pelos jagunços, pelas polícias federais, Força Nacional e Exército brasileiro.

Ao mesmo tempo em que está em vigor a criminalização dos movimentos indígenas e prisões ilegais das lideranças indígenas (a exemplo dos caciques Tupinambá Babau, Gildo e Valdelice, além de vários outros), constatamos que os mandantes e os assassinos recentes de lideranças indígenas não são investigados seriamente, nem julgados e condenados pela justiça brasileira, a exemplo do assassinato de Oziel Gabriel Terena e Nízio Gomes Guarani-Kaiowá.

Em geral, não há assistência justa à saúde indígena, e nem existe implementação da educação escolar indígena nas terras em litígio, onde os povos são forçados a consumir a água poluída, os indígenas não recebem assistência social (como exemplo, citamos que só no ano de 2014 já morreram por falta de assistência à saúde e água potável cerca de 25 crianças Maxakali). Assim, de forma similar, os povos indígenas das terras em litígio são abandonados pelo órgão indigenista, pelos municípios e Estado.

A maioria das universidades públicas do Brasil se fecha e ignora a história real, culturas, línguas e os saberes dos povos indígenas, reproduzindo os conhecimentos distorcidos, ultrapassados e senso comum sobre os povos indígenas. Assim, as universidades têm dificuldade em promover diálogos simétricos e promover processos interculturais entre os indígenas e não indígenas acadêmicos.

Avaliamos ainda que na Câmara e no Congresso Nacional tramitam diversas PECs (PEC 215, entre outros) para alterar os nossos Direitos Constitucionais de 1988, ignorando a Convenção 169 da OIT.

Nos vídeos produzidos pelos indígenas, exibidos durante esta Aty Guasu, assistimos a um genocídio no século XXI, fomentado pela própria justiça do Brasil. Constatamos que a decisão

CONT.



da justiça federal estimula e permite a violência hedionda, as ameaças de morte das lideranças, os assassinatos de intelectuais, rezadores e, sobretudo, alimenta o genocídio contemporâneo.

Enfim, aqui em Belo Horizonte, durante o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, após três dias de análise das políticas e ações nocivas do Estado brasileiro, concluímos que, em todas as terras indígenas, sobretudo aquelas em litígio, de formas idênticas fomos submetidos ao processo de etnocídio e genocídio no Brasil, promovido tanto pelos políticos anti-índigenas quanto pelo Estado brasileiro.

Diante desta realidade relatada e evidenciada, nós, lideranças indígenas reunidas na Grande Assembleia Aty Guasu, repudiamos as violências promovidas contra os povos indígenas mencionados, ao mesmo tempo manifestamos nossa solidariedade às legítimas reivindicações dos povos indígenas das terras em litígio, já expressas pelo movimento regional e nacional dos povos indígenas. Além disso, através deste documento, reivindicamos:

- a IMEDIATA regularização de todas as terras indígenas em litígio pelo governo do Brasil;
- o IMEDIATO julgamento do processo das terras indígenas em litígio pela justiça;
- a GARANTIA da presença permanente dos agentes do órgão indigenista (FUNAI) em terras em litígio para prestar a segurança e assistência aos povos indígenas ameaçados;
- a promoção de formas representativas de participação por indígenas nas esferas judicial, executiva e legislativa e nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- a INVESTIGAÇÃO e PUNIÇÃO dos autores dos homicídios de indígenas;
- o IMEDIATO arquivamento da PEC 215, PL 227, PEC 038, e PL 1610, bem como a manutenção na íntegra dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988;
- a GARANTIA do direito diferenciado à saúde e educação em todas as terras em litígio;
- a IMEDIATA criação e implementação dos projetos e programas de diálogos interculturais indígenas permanentes nas universidades públicas nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, com participação indígena, para reconhecimento e valorização dos mestres tradicionais e intelectuais indígenas de diversos povos;
- Que onde houver concursos públicos nas universidades para docentes vinculados à temática indígena como, por exemplo, nos cursos do FIEIs, sejam garantidas vagas específicas para indígenas ou que sejam ouvidas as lideranças para participar da elaboração de editais ou mesmo participar da Comissão de Seleção;
- a IMEDIATA implementação total da Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário;

Belo Horizonte/MG, 23 de julho de 2014



Seminário debate Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável para as comunidades indígenas de Roraima

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) realiza a partir de amanhã, 29 de julho, até o dia 31, o seminário sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, reunindo lideranças indígenas de diversas regiões do estado, técnicos agrícolas indígenas e gestores públicos. A atividade será realizada na Casa de Cura, localizada na BR174 (próximo ao Distrito Industrial), em Boa Vista/RR.

Promover uma discussão e reflexão das lideranças indígenas sobre políticas públicas e as alternativas de economia solidária, fortalecendo a união, o aumento na produção e comercialização de produtos, a segurança alimentar e a geração de renda nas comunidades indígenas, esse é o foco do seminário.

Para a ocasião, foram convidadas as instituições públicas Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Instituto Federal de Roraima (IFRR) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), além da presença das organizações indígenas, estudantes indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena (GTI), Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS) e os centros de produção do Tamanduá e Jacamim.

De acordo com a programação, amanhã, às 9h, com a presença dos gestores públicos, o evento inicia o debate abordando a temática sobre "Políticas Públicas de Economia Solidária", a partir de alguns pontos específicos: Programas de Agricultura Familiar (PRONAF), Aquisição de Alimentos (PAA), Alimentação Escolar (PNAE) e Ensino Técnico (PRONATEC). À tarde, o evento segue com a temática sobre "Participação Indígena nas Políticas Públicas de Economia Solidária". Para essa temática, o evento conta a presença das organizações indígenas Associação dos Povos Indígenas da Terra Indígena São Marcos (APITSM), Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR), Conselho do Povo Indígena Ingaricó (COPING) e Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS).

No dia seguinte, 30, os participantes discutem o tema "Alternativas de Desenvolvimento Sustentável – Associações e Cooperativas Indígenas, Produção Tradicional, Agroecologia, Formação e Inserção Profissional de Técnicos Indígenas". A abordagem será feita com a participação de técnicos da FUNAI, Instituto Insikiran (UFRR), Instituto Federal de Roraima (IFRR) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). O dia segue, à tarde, com o tema sobre "Participação Indígena nos Programas de Desenvolvimento Sustentável". Nesse tema haverá a presença de estudantes indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena (GTI/UFRR), do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS) e dos centros de produção do Tamanduá e Jacamim.

CONT.



O último dia, 31, estará reservado para a discussão em grupo, elaboração, planejamento e estratégias a serem implementadas de acordo com o tema abordado.

O seminário é uma atividade do projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas de Roraima, executado pelo CIR desde o mês de abril, com o objetivo de discutir diretamente com as lideranças indígenas as demandas de produção existente nas comunidades, bem como os meios alternativos de comercialização e valorização dos produtos.

Apesar da discussão sobre economia solidária e desenvolvimento sustentável ser recente, principalmente, após a demarcação e homologação de terras indígenas, as experiências sobre o assunto entre os povos indígenas de Roraima vêm de décadas, através da implantação do Projeto de Gado e das Cantinas Comunitárias nas comunidades indígenas com o apoio da Diocese de Roraima e diversos parceiros.

A partir do ano 1996 teve início à estruturação do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, localizada na comunidade indígena Barro, região do Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a missão de promover a formação de jovens indígenas nas áreas de agropecuária e gestão ambiental, o desenvolvimento de atividade produtivas sustentáveis nas comunidades, e a ampliação das parcerias com entidades indigenistas e órgãos de apoio ao desenvolvimento sustentável.

Essa iniciativa está na proposta do Conselho Indígena de Roraima de estruturar os Centros Regionais de Produção Indígena, previsto no planejamento estratégico no triênio de 2013 a 2015, que busca seguir os princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, de forma que fortaleça as práticas tradicionais de produção e as especificidades da cultura indígena.

A atividade promovida pelo CIR, conta com o apoio das entidades parceiras da organização Secours Catholique – Caritas França, Embaixada da Noruega e das instituições Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Mais informações sobre o evento através do contato: (95) 9154-3665 (Pedro Raposo – Coordenador do Projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas de Roraima – CIR).

Fonte: Ascom/CIR

Mayra Wapichana

Setor de Comunicação Conselho Indígena de Roraima – CIR



Davi Kopenawa Yanomami recebe ameaça de morte

SÍTIO ISA, 28.07.2014

Esta notícia está associada ao Programa: Rio Negro

A denúncia é da Hutukara Associação Yanomami (HAY), que está vivendo momentos de insegurança. Sua sede em Boa Vista vem sendo vigiada por motoqueiros que passam e perguntam pelo líder indígena. A HAY exige que o Estado brasileiro proteja Davi Kopenawa e reforce a vigilância ao território Yanomami

Davi Kopenawa sob ameaçaDe acordo com a carta aberta divulgada hoje (28/7) pela HAY, a intimidação começou em maio último quando um de seus diretores, Armino Góes, foi abordado na rua, em São Gabriel da Cachoeira (AM), por uma pessoa que mandou recado dos garimpeiros: Davi estava sendo procurado e não chegaria vivo ao final do ano. Daí em diante, o clima de insegurança tomou conta da sede da HAY.

As prováveis razões para as ameaças podem estar na atuação que a Hutukara vem desenvolvendo nos últimos anos, colaborando com a Funai e a Polícia Federal nas investigações de combate ao garimpo ilegal, fornecendo mapas dos locais, pontos geográficos de localização, prefixos de aeronaves, apelidos de pilotos e nomes de pessoas que financiam a atividade. Esta ação sistemática resultou na operação Xawara, desencadeada em julho de 2012, na qual pilotos, donos de balsas e de joalherias foram presos pela primeira vez.

Seja como for, a HAY pede na carta aberta que o Estado brasileiro tome as providências necessárias para proteger a integridade física de seu presidente Davi Kopenawa e intensifique ações de vigilância e proteção do território Yanomami. Leia o texto na íntegra (http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/ameaca_davi_doc_hay_28_julho.pdf).



Advocacia-Geral comprova legalidade de estudos para demarcação de terras indígenas no MS

SÍTIO AGU, 28.07.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, na Justiça, a legalidade da Portaria nº 1.244/2012 da Fundação Nacional do Índio (Funai). A norma constituiu Grupo Técnico para complementar estudo de demarcação de terras indígenas da comunidade Guarani-Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul.

A decisão foi questionada judicialmente pelos ocupantes de terras não-índios que tinham a pretensão de anular a portaria, bem como proibir a entrada do grupo técnico designado pela Funai para realizar os estudos. Os particulares alegaram também que era abusiva a entrada dos estudiosos sem autorização dos proprietários e do estado.

A Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai) esclareceram que o processo de demarcação de terras indígenas é regido pelo Decreto nº 1.775/96. Além disso, os procuradores apontaram que a Lei nº 6.001/1973, que institui o Estatuto do Índio, não exige qualquer notificação aos não-índios sobre os trabalhos de campo realizados pela Funai.

As procuradorias destacaram que caso o pedido dos particulares fosse aceito, o levantamento de campo poderia ser prejudicado, bem como a coleta de dados históricos e sociológicos do grupo indígena, impedindo o andamento do processo e atrasando a efetivação dos direitos dos povos indígenas.

A 20ª Vara do Distrito Federal concordou com os argumentos da AGU e recusou o pedido dos particulares "Não há como se reconhecer a nulidade da Portaria Funai número 1.244/2012, visto que os procedimentos foram iniciados em 2009, e o que já foi realizado está válido, sendo uma continuidade das fases em andamento, e, também, porque a ausência de notificação em relação aos entes federados não os atingem (impetrantes)", diz um trecho da decisão.

A PRF 1ª Região e a PFE/Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Mandado de Segurança nº 51743-49.2012.4.01.3400 - da 20ª Vara do Distrito Federal

Assessoria de Comunicação



Índio Cidadão? estreia no Paraná e revela cenário institucional vivido por indígenas no Brasil

SÍTIO CEDEFES, 29.07.2014

Depois do sucesso da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas, realizada no primeiro semestre deste ano na capital paranaense, em agosto, Olhares Indígenas exibe na Cinemateca de Curitiba, o videodocumentário Índio Cidadão? de Rodrigo Siqueira.



Depois do sucesso da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas, realizada no primeiro semestre deste ano na capital paranaense, em agosto, Olhares Indígenas exibe na Cinemateca de Curitiba, o videodocumentário Índio Cidadão? de Rodrigo Siqueira.

Além de o filme ser inédito no Paraná, o título chama atenção não apenas pela tenuidade

CONT.



gerada a partir da interrogação, mas insere também a forma como o país ainda lida com a visão estereotipada dos indígenas. Contudo, instiga a curiosidade do expectador sobre o que será tratado durante quase uma hora de exibição. Em formato média-metragem, *Índio Cidadão?* retrata de maneira pontual e extremamente fiel, a realidade sobre o que de fato tem ocorrido com as comunidades indígenas no Brasil, ao inserir o movimento indígena como papel principal do enredo e tendo como pano de fundo a Constituição Federal.

"A ideia inicial do filme era fazer o balanço dos 25 anos de direitos constitucionais indigenistas, mas 2013 foi um ano de mobilizações históricas em Brasília. A Ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados no Abril Indígena foi simbólico, mas o registro inesquecível do filme foi a Mobilização Nacional Indígena em Defesa dos Direitos Constitucionais realizada em Brasília no mês de outubro pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A quantidade de Nações representadas com a força de suas culturas e línguas, com sua diversidade unida pela defesa dos direitos; em contraponto, a impressionante operação de segurança pública isolando o Congresso Nacional no 25º aniversário da redemocratização", afirma o diretor do filme, Rodrigo Siqueira.

[Clique aqui e assista ao trailer](#)

Para quem desconhece o tema ou tem curiosidade em saber e conhecer o enfrentamento diário das comunidades indígenas do Brasil em relação aos direitos constitucionais e ainda sobre as ações inconstitucionais do Governo Federal, *Índio Cidadão?* é o filme que sintetiza de forma clara e acessível o que a mídia e o interesse governamental articulam estrategicamente para não se tornar conhecimento da nação.

O filme será exibido em Curitiba na data alusiva ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, 09 de Agosto. E naturalmente, em todo o Brasil diversas outras ações culturais e políticas ocorrem paralelamente para chamar a atenção da sociedade sobre os casos de crueldade e inconstitucionais, lastimavelmente enfrentados pelas famílias indígenas no país.

Leia abaixo a entrevista exclusiva realizada pela Arpin Sul via e-mail com o diretor do filme *Índio Cidadão?*, Rodrigo Siqueira.

ENTREVISTA

Arpin Sul - *Índio Cidadão?* retrata a atual situação sobre a qual as comunidades indígenas do Brasil têm vivenciado em relação as inconstitucionalidades do Governo Federal a partir do respaldo dos depoimentos de lideranças que também vivenciaram situações similares ao longo das décadas. Como foi o seu contato com a questão indígena até chegar ao resultado deste filme?

Rodrigo Siqueira - Em 2008 foi a primeira vez que me coloquei a serviço da causa. Tive a honra de atuar como assessor jurídico da Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental em demanda contra o Governo Federal, apresentada ao Tribunal Latino-Americano da Água em sessão de julgamento na Guatemala. Naquele ano a licença de instalação do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira foi concedida pelo IBAMA, causando embate entre as ministras

CONT.



Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente e Dilma Rousseff da Casa Civil. Um grupo indígena em isolamento voluntário habitava a área de impacto prevista no projeto do megaempreendimento do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), com registros comprovados pela FUNAI. A questão indígena no Brasil é fundiária e os grandes conflitos de interesse, desde então, estão em torno dos projetos oficiais de infraestrutura energética e expansão da fronteira agrícola direcionada ao Agronegócio tipo exportação, inclusive em terras tradicionais reconhecidas em processos demarcatórios – sendo o caso mais urgente o atual genocídio Kaiowá no Mato Grosso do Sul. A construção de hidrelétricas terá impactos ambientais e socioculturais imprevisíveis: em estágio avançado estão as duas no rio Madeira, também a exaustivamente contestada UHE Belo Monte no rio Xingu e agora o Complexo Hidroelétrico Tapajós pede passagem. O caso do Tapajós é impressionante, pois não foi cumprida a consulta da Convenção 169 da OIT e ocorreram ações coercitivas do Estado no território da Nação Munduruku, inclusive com a denúncia de execução de Adenilson Munduruku em operação da Polícia Federal de 2013 – apresentada recentemente pelo Ministério Público Federal. Percebi que as resistências coletivas ou jurídicas não seriam mais capazes de conter as violações dos direitos constitucionais das Nações Indígenas e a realização do filme surgiu como projeto de criar ferramenta de comunicação em massa capaz de revelar para a sociedade a “visão dos vencidos”.

Arpin Sul - Você acompanhou situações pontuais e históricas onde o movimento indígena se mobiliza a favor dos seus direitos. Dos momentos registrados por você, pessoalmente, quanto não indígena, qual foi o mais marcante e o motivo?

Rodrigo Siqueira - O roteiro do filme partiu da Constituinte, momento histórico para a democracia no Brasil pela superação do Estado de Exceção imposto durante os 21 anos de ditadura militar. Os Povos Indígenas tiveram participação marcante na reformulação do Estado Democrático de Direito pactuado naquela Assembleia Nacional, valendo-se de mecanismos de participação social. Acredito que é um serviço resgatar a participação direta dos cidadãos originários, por intermédio da União Nações Indígenas, na elaboração da Constituição Federal. É a tentativa de esclarecer muitos brasileiros que atualmente o Movimento Indígena reivindica apenas a observância de direitos conquistados com muita mobilização social e articulação política, resultado direto da Emenda Popular redigida e apresentada por seus representantes para deliberação pelo Congresso Nacional e seguinte incorporação na Carta Magna. A ideia inicial do filme era fazer o balanço dos 25 anos de direitos constitucionais indigenistas, mas 2013 foi um ano de mobilizações históricas em Brasília. A Ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados no Abril Indígena foi simbólico, mas o registro inesquecível do filme foi a Mobilização Nacional Indígena em Defesa dos Direitos Constitucionais realizada em Brasília no mês de outubro pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A quantidade de Nações representadas com a força de suas culturas e línguas, com sua diversidade unida pela defesa dos direitos; em contraponto, a impressionante operação de segurança pública isolando o Congresso Nacional no 25º aniversário da redemocratização. O Movimento Indígena foi o único grupo de interesse presente na Constituinte obrigado a retornar na data de promulgação da Constituição, clamando pelo arquivamento de uma série de Propostas de Emenda Constitucional e Projetos de Lei que pretendem revogar ou reduzir direitos negados por séculos e vigentes há apenas 25 anos. Sem dúvida o ponto mais marcante foi a entrevista da liderança da Aty Guasu, Valdelice Veron, com a chocante narrativa testemunhal do processo histórico de

CONT.



despojo e assassinatos impostos a sua Nação Kaiowá. O tema do genocídio Kaiowá me impôs a obrigação de adaptar o roteiro do filme para dar maior visibilidade a este crime de lesa humanidade. O Governo se omite e a maior parte da sociedade desconhece ou prefere ignorar, afinal, em muitas regiões do Brasil o dito "índio bom é índio morto" ainda se pronuncia em tom de seriedade.

Arpin Sul - Em algumas cenas, é possível perceber que a assessoria de alguns parlamentares optou pela não gravação de determinadas reuniões com lideranças indígenas. Como você avaliou essa situação no processo de filmagem do projeto? Prejudicou na totalidade?

Rodrigo Siqueira - Conseguimos documentar o processo de participação de lideranças indígenas da APIB no Grupo de Trabalho (GT) Questão das Terras Indígenas no Congresso Nacional, criado pelo presidente da Câmara dos Deputados após o ato de ocupação do Plenário Ulysses Guimarães no Abril Indígena 2013. As cenas que menciona retratam duas reuniões de parlamentares e representantes indígenas do GT na Presidência da Casa, sendo procedimento padrão da Assessoria de Comunicação do presidente Henrique Alves (PMDB/RN) permitir apenas o breve e protocolar registro dos encontros. Depois, se desenrolam apenas com a presença de fotojornalista, com a justificativa de que "fotógrafo não fala". Talvez os políticos mantenham a cautela por ainda recordar o uso do gravador feito pelo Mario Juruna, liderança Xavante que assim provava as falácias dessas promessas entre quatro paredes. Eu avalio como uma conduta moral equivocada da Presidência, mas não prejudicou o roteiro do filme. Pelo contrário, penso que as cenas exercem um impacto e funcionam como uma crítica ao 'protocolo' de recebimento das delegações indígenas em Brasília: portas que se fecham.

Arpin Sul - Existe um ponto, ou foi um processo natural a criação de Índio Cidadão??

Rodrigo Siqueira - O ponto central é a visão originária da breve história de direitos constitucionais indigenistas no Brasil, com o paralelo de 25 anos entre a conquista da inclusão dos direitos originários sobre as terras tradicionais na Constituição Cidadã e o estágio de real efetivação desta garantia legal básica no ano de filmagem - 2013. Quando digo visão originária é referência a narrativa conduzida exclusivamente pelos relatos de memórias e atuação política de lideranças do Movimento Indígena nacional, representado pela União das Nações Indígenas na Constituinte e de forma contemporânea pela APIB. O objetivo sempre foi a veiculação em emissoras de televisão, por acreditar que as lutas históricas, as vozes e os pensamentos de mulheres e homens de diferentes gerações e Povos precisam chegar ao grande público. É incrível o poder de alcance das mídias de massa, somente na estreia no dia 19 de abril, na TV Câmara, foi estimada audiência de 160.000 mil telespectadores nas 15 maiores regiões metropolitanas do país. É fantástico para o realizador alcançar esta marca em apenas uma exibição. Arrisco dizer que o nosso filme é um dos poucos a assegurar o direito de contraditório aos Povos Indígenas, durante 1 hora de programação, diante da crítica conjuntura atual de retrocesso em garantias e violação de direitos humanos básicos. As Nações Indígenas ainda enfrentam muito preconceito no país, de forma geral os índios são tratados com xenofobia pelos seus compatriotas. Pouco se conhece da diversidade dos mais de 300 Povos Originários auto-declarados, remanescentes do genocídio que ainda não cessou. As matérias de jornalismo não favorecem a participação indígena na construção dos fatos noticiados e na televisão não tem cota pra índio. Tivemos sucesso no ponto central, mas ainda há muito

CONT.



trabalho para seguir com a distribuição do filme, formação de público e fomento ao debate.

Arpin Sul - Desde o início da exibição do filme, tanto em salas de cinema quanto em TVs, como tem sido a repercussão entre os ativistas que atuam junto ao movimento indígena e na mídia de massa?

Rodrigo Siqueira - O ÍNDIO CIDADÃO? reverberou bastante com a sequência de exibições na TV Câmara, entre os dias 19/04 e 07/05/2014, obtivemos retorno positivo em nossos canais de comunicação nas redes sociais. As exibições em mostras de cinema temáticas aconteceram em João Pessoa/PB, Natal/RN e Brasília/DF, entre abril e junho, sempre seguidas de bons debates. Os ativistas e organizações indigenistas que apóiam o Movimento Indígena se valeram do filme para fazer exibições e promover debates em espaços de formação. Não tivemos mídia espontânea nos meios de massa, algumas matérias repercutiram pelo bom trabalho de mobilização e comunicação social realizado pelos parceiros do Coletivo Muruá e da Padê Produções – tivemos notas publicadas em jornais, revista e sites; uma matéria no Brasil de Fato, mas nenhuma entrevista. Também estou muito satisfeito com a apropriação do filme pelo Movimento Indígena, com sua utilização para gerar o debate em encontros e assembleias em diferentes regiões do país. Em breve deverá ocorrer novo ciclo de exibição na TV Câmara e fico confiante de que o filme integrará o circuito de mostras e festivais de cinema no Brasil. Estou focado na missão de aumentar a repercussão do filme como ferramenta de apoio ao Movimento Indígena nesta conjuntura política na esfera federal, em especial com o Poder Executivo e o Congresso Nacional. O outro compromisso é difundir a narrativa testemunhal que denuncia o genocídio indígena em curso no estado do Mato Grosso do Sul.

Arpin Sul - Quais as dificuldades que vocês têm enfrentado atualmente no âmbito da pós-produção?

Rodrigo Siqueira - O filme foi realizado com patrocínio do Fundo de Apoio à Cultura do DF no edital de curta-metragem, sendo finalizado em 52 minutos de duração em razão da riqueza do material de arquivo e da importância da documentação do Abril Indígena 2013 e da Mobilização Nacional em outubro passado. O formato de 52 minutos é classificado no mercado brasileiro como média-metragem. Isto lhe torna interessante para as emissoras de televisão, pois preenche uma hora da grade de programação. Por outro lado, o circuito de festivais e mostras de cinema no Brasil e no exterior são direcionados para as produções de curtas e longas. O maior desafio agora é abrir novas janelas para a exibição do filme no Brasil, com a pretensão de atingir a opinião pública com uma contraofensiva ao modelo propagandista do Agronegócio e aos discursos de ódio e xenofobia – “índios paraguaios” – praticado inclusive por deputados ruralistas no exercício do mandato parlamentar.

Curta a página do filme no Facebook

Conheça o site oficial do filme

Confirme a presença no evento

Na página oficial de Olhares Indígenas você fica por dentro das novidades e exibição dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

próximos filmes em primeira mão. Curta e Compartilhe!

SERVIÇO

Índio Cidadão?

Local: Cinemateca de Curitiba

Endereço: Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 1174 - São Francisco

Data: 09 de agosto

Horários: 18h e 20h

ENTRADA GRATUITA

ASCOM ARPIN SUL - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL



Liderança Indígena que está sob proteção do Estado é preso

SÍTIO CEDEFES, 29.07.2014

Por ser ameaçado de morte, Carlinhos, liderança Xukuru-Kariri, está inscrito no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência - No último dia 11, uma denúncia anônima de que um motociclista usando um capacete preto havia acabado de assaltar pessoas no centro de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, levou policiais militares a prenderem o homem José Carlos Araújo Ferreira. Abordado no interior da Terra Indígena Xukuru-Kariri, o suspeito estava em uma moto e portava um revólver com numeração raspada.

O que seria mais uma ocorrência criminal corriqueira logo passou a ser compartilhada pelas redes sociais como um caso de truculência policial e de tentativa de criminalizar os povos indígenas. Conhecido como Carlinhos, o preso é uma das principais lideranças indígenas de sua comunidade. Também é agente da Sesai (Secretaria Especial da Saúde Indígena), do Ministério da Saúde. Além disso, por ser ameaçado de morte, desde o ano passado está inscrito no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Parentes de Carlinhos e representantes de organizações indigenistas questionam que o líder possa estar envolvido com assaltos. Policiais civis da delegacia de Palmeira dos Índios confirmaram que Carlinhos não está preso pela acusação de assalto, mas sim por porte ilegal de armas. Embora esteja detido em caráter temporário há 15 dias, o agente ainda não foi denunciado à Justiça. Até quinta-feira (24\7), nenhuma vítima de assalto compareceu à delegacia para registrar ocorrência, reconhecer o suposto assaltante ou reclamar pertences roubados.

"O Carlinhos é uma liderança respeitada que luta pela regularização de nossas terras. Por isso, ele vinha sendo ameaçado e está sendo injustamente acusado. É um agente da Sesai que garante assistência à saúde para toda a comunidade. Alguém que não tem e nunca teve nenhum envolvimento fora a luta de seu povo. Para nós, está claro se tratar de pura perseguição", disse Gecinaldo Xukuru-Kariri, liderança indígena na região.

Segundo o advogado contratado pela família de Carlinhos, Isloany Nogueira Brotas, o próprio agente de saúde admitiu, ao depor, que costuma andar armado no interior da terra indígena, mas que o faz para garantir sua própria proteção e a de parentes. "Jamais o Carlinhos se envolveu em qualquer problema na cidade e foi em função das ameaças que recebeu que ele foi incluído no programa de proteção federal e se armou."

Ainda de acordo com o advogado, não fossem pelas deficiências da Justiça alagoana, Carlinhos já estaria solto. Segundo ele, há tempos, Palmeira dos Índios não dispõe de juiz titular ou promotor de Justiça. Duas vezes por semana, autoridades de cidades próximas cumprem expediente na cidade para tentar solucionar os processos criminais que se acumulam. Havia a

CONT.



expectativa de que Carlinhos fosse solto na terça-feira (22\7), mas o promotor não compareceu à cidade.

Casado com uma prima de Ferreira, Antônio Graciliano Nicodemos de Lima diz que o líder indígena está respondendo bem à situação, mas que a família teme por sua segurança. "Na medida do possível, ele está bem. Sabe o que está acontecendo e por que ainda não foi solto. Já nós, que conhecemos a índole dele, estamos surpresos. Não entendemos como pessoas preparadas, que deveriam proteger a sociedade, podem prender alguém dessa forma, com base em uma história inventada. Enquanto isso, gente que realmente deve à Justiça está solta porque tem dinheiro ou influência."

Ciente da prisão, a coordenação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos informou estar em contato com os órgãos estaduais competentes, lideranças indígenas e com o advogado de Ferreira para garantir que sejam observadas as diretrizes da política nacional de proteção. Pelo Estatuto do Desarmamento, o porte ilegal de arma é crime punível com penas de dois a quatro anos de prisão, que pode agravada quando a arma for adulterada. Carlinhos ainda não foi denunciado por nenhum crime.

Fonte: <http://ultimainstancia.uol.com.br/>



Hospital Municipal José Sabóia: Descaso e Negligência
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.07.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ - Em 05/07/14 o recém-nascido Ednaldo Cavalcante da S. Apinajé, de três meses de idade, filho de Ana Rosa da S. Apinajé e Edvaldo Cavalcante Apinajé, moradores na aldeia Divisa, Terra Indígena Apinajé, deu entrada no Hospital Municipal José Sabóia, na cidade de Tocantinópolis (TO). A criança estava com febre e apresentava sintomas de pneumonia e ficou hospitalizada por dois dias. Em 07/07/14 o Dr. Carlos M. Tello deu-lhe alta e a criança retornou à aldeia.

Na aldeia a criança voltou a apresentar os mesmos sintomas, sendo novamente levada ao Hospital José Sabóia, onde foi hospitalizada e, desta vez, medicada pela Dra. Luciana Dônola Puppio, médica pediatra daquele hospital, e em 11/07/14 recebeu alta. Mas, em casa, a criança piorou e no dia 12/07/14 o recém-nascido foi levado novamente ao Hospital Municipal José Sabóia, onde permaneceu internado até 14/07/14; já em estado grave, o bebê foi removido às pressas para hospital de Araguaína. O pequeno paciente foi a óbito no mesmo dia 14/07/14 a caminho daquela cidade.

A mãe da criança, Ana Rosa da S. Apinajé, afirmou que sofreu agressões verbais e xingamentos por parte de uma enfermeira do hospital. Os familiares da vítima também culpam os médicos de descuido e irresponsabilidade por não encaminharam logo o paciente para tratamento em Araguaína. Os parentes da vítima reclamam que mesmo em estado grave e já tendo sido internado duas vezes no HMJS, o recém-nascido não teve melhora e nem foi encaminhado em tempo hábil para outro hospital.

Em circunstâncias parecidas, no final de 2006 num intervalo de três meses, mais de 20 recém-nascidos desta etnia foram a óbito por falta de atendimento adequado. Ressaltamos que algumas enfermeiras e médicos do HMJS são recorrentes em negligenciar o atendimento aos pacientes indígenas. Por conta disso em 2009, enfermeiras daquele hospital foram acusadas de erro grave em procedimentos na administração de medicamentos, fatos que causaram a morte de duas crianças Apinajé.

Nestes termos, exigimos mais uma vez, do Dr. Jeferson Farias, Diretor do Hospital Municipal José Sabóia, explicações imediatas sobre essas denúncias que pesam sobre as enfermeiras e os médicos que atenderam e medicaram o recém-nascido Ednaldo Cavalcante da S. Apinajé. Nesse caso cabe também à senhora Cimei Gomes de Sousa, chefe administrativa do Polo Base Indígena-PBI de Tocantinópolis, e às enfermeiras de plantão, esclarecer os fatos que ocorreram durante os dias que a criança ficou internada.

Terra Indígena Apinajé, 29 de julho de 2014.



MPF/PA recomenda regularização de pistas de pouso em terras indígenas

SÍTIO MPF/PGR, 29.07.2014

O objetivo é garantir atendimento à saúde dos índios que vivem nessas áreas

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) recomendou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) registre dez pistas de pouso e decolagem em terras indígenas no Pará. O objetivo é regularizar a entrada e saída das aldeias acessíveis somente por via aérea e, com isso, garantir o atendimento à saúde dos índios que vivem nessas terras.

A Procuradoria da República em Itaituba estabeleceu o prazo de cinco dias, a contar do recebimento do documento, para que a Funai se manifeste sobre o acatamento da recomendação. Em caso de descumprimento, o MPF/PA pode entrar com ações cabíveis para garantir a regularização das pistas de pouso e decolagem em terras indígenas.

O MPF/PA ressalta que os aeródromos sem registro não podem ser utilizados de forma regular, impossibilitando a ação do subsistema de atenção à saúde indígena, que prevê o atendimento nas aldeias, nos polos base e no Sistema Único de Saúde (SUS), dependendo da complexidade do caso.

As pistas que seguem sem registro ficam nas aldeias Kaburuá, Teles Pires, Caroyal do Rio das Tropas, Katõ, PV (Posto de Vigilância), Waro Apompõ, Barra São Miguel, Baú, Pykany e Kubenkokre.

Saúde Indígena – Em outro documento, o MPF/PA também recomendou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) providencie a remoção imediata, via transporte aéreo, de pacientes de alta médica e de seus familiares das aldeias do alto e médio Tapajós, além de garantir a regularização na entrega de medicamentos, equipamentos e transporte de profissionais de saúde até os polos base situados em terras indígenas com acesso somente por via aérea.

Recomendação à Funai

(http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/recomendacoes/2014/Recomendacao_MPF_Itaituba_regularizacao_pistas_pouso_Funai_Para.pdf/)

Recomendação à Sesai

(http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/recomendacoes/2014/Recomendacao_MPF_Itaituba_regularizacao_transporte_aereo_saude_indigena_Funai_Para.pdf/)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA



Debate sobre meio ambiente deve ser politizado, defendem movimentos sociais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.07.2014

Mais de 140 representantes de diferentes grupos de todo o país discutem desigualdade e racismo em encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Por Daniel Santini* – Repórter Brasil

Enviado especial a Belo Horizonte (MG) – Na porta do auditório onde estão os mais de 140 participantes do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Paulo Roberto Martins, da Renanosoma, conversa com Pedro Raposo da Silva, do Conselho Indígena de Roraima. O primeiro é um pesquisador de São Paulo especializado em nanotecnologia, crítico à forma como essa tecnologia está sendo implementada no Brasil. O segundo é integrante do movimento indígena de Roraima, um dos mais ativos do país na mobilização contra a ofensiva aberta pelo Congresso Nacional contra direitos indígenas, considerada a pior dos últimos 25 anos.

A conversa compenetrada dos dois resume a diversidade que marcou a reunião nacional da rede formada em 2001. Estiveram presentes integrantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre, de resistência à construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, aos do Observatório dos Conflitos do Extremos Sul do Brasil, que faz monitoramento de impactos ambientais na outra ponta do país. Gente que vive em assentamentos, missionários cambonianos, quilombolas, integrantes do movimento negro e LGBT. Pescadores de diferentes colônias a gerazeiros, aqueles que vivem no sertão de Minas Gerais. Representantes de lutas tão diversas como Articulação Nacional de Agroecologia, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e Campanha Permanente contra Agrotóxicos. Isso só para citar aleatoriamente alguns dos grupos representados pelas dezenas de participantes.

O encontro durou três dias, nos quais foram discutidos da história da rede à conjuntura atual do país na área socioambiental. Em pauta, temas que nem sempre ganham destaque, como o próprio conceito que dá nome à rede: justiça ambiental. A articulação questiona o modelo de desenvolvimento vigente, que reforça a desigualdade ambiental. A ideia central é que a poluição e os impactos das mudanças climáticas não atingem a todos de maneira democrática e uniforme, como fazem crer campanhas ambientais que despolitizam o debate, como as de redução do uso de sacolinhas plásticas ou de economia de água e luz.

A rede aponta que alguns grupos sociais são submetidos a riscos e incertezas maiores de maneira imposta e violenta em processos que costumam ser marcados pela perda de territórios e de acesso a recursos naturais. Marginalizados, ignorados e perseguidos, tais grupos expostos à contaminação são vítimas do que a rede chama de racismo ambiental.

Politização do debate

CONT.



Julianna Malerba, coordenadora do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da Fase, uma das organizações responsáveis pela realização do encontro, explica que não se trata de ser contra práticas individuais como redução de consumo de energia ou do desperdício de recursos, mas sim de ir além e fazer uma leitura política da preservação do meio ambiente, dando visibilidade às desigualdades ambientais e reconhecendo os atingidos ambientais não como vítimas, mas como sujeitos e protagonistas de mudanças.

Dentro dessa lógica, o próprio debate sobre problemas bastante atuais ganha novas dimensões. Assim, por exemplo, na discussão sobre geração de energia, sobraram críticas não apenas aos megaprojetos de hidrelétricas na Amazônia, à extração de petróleo em águas profundas do Pré-Sal e aos projetos de termoeletricas, energia nuclear e extração de gás de xisto (fracking), mas também às alternativas apresentadas como mais "sustentáveis", como as usinas eólicas, que também têm gerado graves impactos sociais e ambientais no interior do Nordeste. "A questão não é qual a melhor energia, mas para quem ela é gerada? Para quê?", explica Juliana.

No questionamento sobre o uso e destinação da energia e não somente sobre as fontes de geração, ganha destaque a crítica às plantas industriais que dependem de alto consumo, muitas delas voltadas para beneficiamento básico de produtos primários para a exportação, como a indústria do alumínio. Foram feitas durante o encontro denúncias de impactos ambientais provocados por novos complexos industriais nas áreas de mineração e siderurgia, e obras de infraestruturas a eles relacionados, como minerodutos, rodovias e portos.

O uso (e desperdício) de água e energia em megaprojetos de agricultura industrial e mineração também foi questionado, bem como as mudanças legislativas em curso que devem beneficiar novos projetos, tal como a perspectiva de aprovação do novo Marco Regulatório da Mineração. Foram denunciados diferentes casos de contaminação de água, ar e solo pela aplicação de veneno, rejeitos de mineração e emissões de poluição industrial, com destaque para impactos em comunidades que dependem do meio ambiente para sobreviver, tais como pescadores e pequenos agricultores.

Sobre mineração, os movimentos de Minas Gerais, estado que sediou o encontro, criticaram a maneira como o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (Nucam) do Ministério Público Estadual tem mediado conflitos ambientais envolvendo comunidades e áreas afetadas por novos projetos no Estado. O principal argumento dos grupos é que, ao iniciar negociações, o órgão abre a possibilidade de garantias constitucionais serem suprimidas - direitos não devem e nem podem ser negociados, ressaltam.

Em meio ao encontro, também foi lançado o livro "Formas de Matar, de morrer e de resistir – limites da resolução negociada de conflitos ambientais", da Editora UFMG, bem como uma atualização do mapa de conflitos ambientais em Minas Gerais, que passou a adotar uma versão wiki aberta à contribuições. Também foram feitas críticas à condução de estudos de impacto e de audiências públicas sem real participação da população, tidas como formas de legitimar novos empreendimentos.

Movimentos criticam papel do Ministério Público na mediação de conflitos e defendem que

CONT.



direitos não podem ser negociados

Movimentos criticam papel do Ministério Público na mediação de conflitos e defendem que direitos não podem ser negociados

“Desburocratização” de licenças e economia verde

Os processos de flexibilização da legislação ambiental, a exemplo do que aconteceu na alteração do Código Florestal, e a maneira como eles têm sido defendidos e apresentados, com uso de termos como “desburocratização”, “aceleração” ou “simplificação”, também foram criticados. As entidades apresentaram diferentes casos de fragilização da legislação ambiental ocorridos nas últimas décadas e falaram em desmonte de mecanismos de controle social e participação relacionados ao meio ambiente, citando ainda o enfraquecimento de órgãos de fiscalização como Ibama e Anvisa, com a redução de orçamentos e corpo técnico.

A rede critica a maneira como tais temas têm sido conduzidos, tanto pelo governo federal quanto por parte dos partidos de oposição. Os integrantes da articulação reclamam que, durante as discussões públicas, as medidas de despolitização do debate são constantes, com a criminalização dos movimentos sociais e a desqualificação de atores. Perseguições, violências, espionagem e assassinato de atingidos ambientais foram lembradas.

Sobram questionamentos também à chamada “economia verde”, em que recursos naturais, florestas, sementes, água e ar são entendidos e tratados como mercadorias comerciáveis, como uso de mecanismos financeiros tais como o emprego de créditos de carbono (leia mais a respeito na publicação O Lado B da Economia Verde, lançada pela Repórter Brasil durante a Rio+20). Em contraposição ao desenvolvimento de sementes transgênicas patenteadas e ao incentivo à monocultura na produção agrícola industrial intensiva, as organizações defenderam práticas de agroecologia e agricultura familiar.

A participação das empresas na produção de conhecimento científico e seu envolvimento crescente com universidades, financiando projetos e pesquisas, também é vista com preocupação, bem como o fato de conhecimentos tradicionais serem desqualificados, uma vertente do assim chamado racismo ambiental.

O foco principal do grupo é a relação entre justiça social e ambiental, e, nesse sentido, a preocupação é em garantir os direitos de comunidades e povos que habitam áreas conservadas. A implementação de Unidades de Conservação é criticada, por exemplo, quando feita sem consulta ou consideração com tais pessoas que vivem em comunhão com a natureza no entorno de áreas intactas ou dependem delas.

Os movimentos urbanos lembraram que, nas cidades, os processos de gentrificação, com encarecimento do custo de vida, leva a deslocamento dos moradores pobres para áreas sujeitas a riscos ambientais e ecologicamente sensíveis. Destaque para o fato de tais populações deslocadas muitas vezes acabarem em áreas de risco, mais sujeitas a impactos ambientais como enchentes e desmoronamentos.

Em contraposição ao que chamam de “des-envolvimento”, os integrantes da rede defendem o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2014

Brasília, 29 de julho de 2014.

envolvimento e participação dos atingidos ambientais.

* O repórter viajou a convite da organização do evento.



AGU garante posse de imóvel à Comunidade Quilombola de Kalunga, em Monte Alegre de Goiás

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.07.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, na Justiça, a posse de imóvel localizado no território pertencente à comunidade quilombola de Kalunga, no município de Monte Alegre de Goiás/GO. A decisão obtida assegurou a retirada de invasor que ocupava fazenda na área.

Os procuradores da AGU entraram com Ação de Reintegração de Posse argumentando que em 2008 um particular invadiu terras da Fazenda Incavidade, pertencente à área dos quilombolas, se recusando a deixar o local, salvo mediante pagamento de indenização. Explicaram que mesmo após tentativas de retiradas amigáveis, por parte do presidente da Associação dos Kalungas e da Fundação Cultural Palmares, o invasor continuou no local.

Segundo as procuradorias, a Comunidade Remanescente de Kalunga é legítima proprietária da área situada nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, e a ocupação irregular violaria o direito de posse dos povos quilombolas. Além disso, destacou que não haveria direito em receber indenização, já que a ocupação era irregular.

A AGU também reforçou que a Constituição Federal prevê que o Estado deve proteger as manifestações da cultura afro-brasileira (art. 215, parágrafo 1º), bem como aquelas que estabelecem o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Além disso, os procuradores lembraram que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho determina que os Estados signatários devem adotar medidas para garantir os direitos de propriedade e posse sobre as terras ocupadas tradicionalmente por esses povos.

Concordando com os argumentos da AGU, a Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa julgou procedente o pedido para reintegração de posse da fazenda, confirmando liminar anteriormente concedida.

A PF/GO e a PF/FCP são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Ação de Reintegração de Posse nº 4187-58.2011.4.01.3506 – Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa.

Assessoria de Comunicação.



MPF pede regularização de pistas de pouso em terras indígenas no Pará
SÍTIO G1, 29.07.2014

Medida visa garantir atendimento à saúde dos índios que vivem nas áreas. Dez pistas de pouso e decolagem devem ser regularizadas.

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) registre 10 pistas de pouso e decolagem em terras indígenas no Pará. A medida visa regularizar a entrada e saída das aldeias acessíveis somente por via aérea, garantindo o atendimento à saúde dos índios que vivem nessas terras.

A Procuradoria da República em Itaituba, no sudoeste paraense, estabeleceu o prazo de cinco dias, a contar do recebimento do documento, para que a Funai se manifeste sobre a recomendação. Em caso de descumprimento, o MPF pode entrar com ações para garantir a regularização das pistas em terras indígenas.

Segundo o MPF, os aeródromos sem registro não podem ser utilizados de forma regular, impossibilitando a ação do subsistema de atenção à saúde indígena, que prevê o atendimento nas aldeias, nos polos base e no Sistema Único de Saúde (SUS), dependendo da complexidade do caso.

As pistas que seguem sem registro ficam nas aldeias Kaburuá, Teles Pires, Caroyal do Rio das Tropas, Katõ, PV (Posto de Vigilância), Waro Apompõ, Barra São Miguel, Baú, Pykany e Kubenkokre.



URGENTE: Índios invadem mais uma área no Rio Grande do Sul

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 29.07.2014

No final da tarde de ontem um grupo com cerca de 50 índios kaingang liderados pelo cacique Aparício Malaquias invadiu uma pequena propriedade rural de apenas 2 hectares pertencente ao Sr. Reinaldo Pazzinato e bloquearam uma estrada secundária para passar pelo imóvel. De acordo com informações da sede da 4ª Companhia da Brigada Militar, o objetivo da invasão é para pressionar o governo sobre as reivindicações dos indígenas. "Não é uma invasão. É uma rettonada", diz Valdir de Matos, um dos líderes do movimento. De acordo com a Funai o processo de demarcação da nova área reivindicada pelos índios começara no próximo ano.

Há duas semanas mostramos aqui no #Qi que os índios kaingang planejavam pedir novas demarcações e invadir novas áreas no Rio Grande do Sul. Relembre: Índios kaingang iniciarão novas invasões no Rio Grande do Sul.



Recordar é preciso: Há dez anos assessor do Cimi defendia fim da tutela da Funai
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 29.07.2014

Matéria publicada pela Agência Brasil em 21 de julho de 2004: Assessor do Cimi defende fim da tutela da Funai.

Cuiabá, 21/7/2004 (Agência Brasil - ABr) - O advogado Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – órgão da Igreja Católica, defendeu hoje, em palestra sobre as "Leis e os Povos Indígenas", na 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que a Funai não tem base legal para continuar a tutelar o índio.

"Foi extinta a perspectiva que vigorava, em troca do princípio do respeito à diversidade étnica e cultural. Retirou-se com isso o fundamento e a razão de ser da limitação à capacidade civil e, conseqüentemente, da tutela, que são mecanismos legais concebidos para viabilizar a incorporação", defendeu.

Para reforçar seu argumento, o assessor do Cimi citou artigo 231 da Constituição: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

"A Funai tem hoje a responsabilidade de proteção dos bens materiais e imateriais indígenas, bem como fazer com que sejam respeitados. Esta é a grande tarefa constitucional que a União Federal tem e que deve exercer por meio da Funai. Mas isto não acontece de forma plena", avaliou.

Guimarães argumenta ainda que há limitações tanto organizacionais como orçamentárias do órgão. Para ele, há necessidade de renovação na forma como a administração pública trata as questões indígenas. "Deve ser assegurado a eles (índios) a participação em todas as instâncias de condução administrativa", defendeu.

O advogado fez conferência no espaço "SBPC e a Ciência Indígena". Esta é a primeira vez, desde 1948, quando a SBPC foi criada, que o índio tem uma participação especial na reunião.

Segundo o presidente da Organização de Professores Indígenas do Mato Grosso, o índio Paresi Rony Azoinayce, o espaço foi conquistado depois de muita luta.

"Vejo que esse foi um primeiro esforço. A população indígena deve participar de eventos como este, buscando se sociabilizar, para que as pessoas passem a respeitá-los e a reconhecer as diferentes civilizações. Não somos os índios de 100 anos atrás. A população deve se adequar a isso", afirmou Rony.



Índios xavantes passam por qualificação em agricultura familiar

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 29.07.2014

Índios da etnia xavante da aldeia Belém, em Canarana (830 km ao Nordeste), iniciaram o curso de agricultor familiar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ministrado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec) no dia 23 de julho. A demanda pela qualificação partiu dos próprios indígenas à Secretaria Municipal de Assistência Social do município, que buscou a parceria com o Estado.

As aulas teóricas e práticas ocorrem dentro da própria aldeia, na escola indígena, que fica a 50 km da sede do município. O que eles aprendem à noite sobre a cultura de frutas nativas e a criação de frangos é aplicado nas aulas práticas durante o dia.

“O curso é ministrado por um professor que é técnico agrícola, encarregado dos viveiros e mudas do município. Ele faz parte da associação de coletores de sementes e tem uma vasta experiência em agricultura familiar”, explicou a coordenadora do Pronatec da Escola Técnica Estadual de Barra do Garças, Jenaína Nasser.

O curso tem 160 horas de duração e se estenderá por cerca de dois meses. Ao todo 20 alunos que participam das aulas e, apesar do pouco tempo de estudo, os participantes já fizeram mais pedidos por qualificação.

“Eles querem agora um curso de piscicultura. Outras lideranças de aldeias indígenas já buscaram qualificação por meio de cursos do Pronatec”, disse a coordenadora.

O cacique da aldeia Belém, Cesar Tsereurã, comemorou a realização do curso. “No final do curso faremos uma festa”.

Fonte: Governo do Mato Grosso



Depois de uma semana de ocupação, índios dividem área em 72 lotes e vão erguer barracos

SÍTIO REGIÃO NEWS, 29.07.2014

Boa parte das casas e barracos sofre com alagamentos, que tendem a piorar, quando estas regiões mais altas forem asfaltadas.

Os índios terena da Nova Tereré que há uma semana ocupam 3,2 hectares remanescentes da Estância Serrana, enfrentaram o frio do domingo para dividir a área em 72 lotes de 200 metros quadrados cada um, iniciar a construção dos barracos e vão pedir apoio da Prefeitura para abertura das ruas, principalmente do prolongamento da Rua Hélio Martins Coelho.

A comunidade reivindica a desapropriação ou compra da gleba para reassentar 30 famílias residentes em áreas de risco na aldeia e 40 desaldeadas que comprometem quase 40% da renda familiar com o pagamento de aluguel. A Prefeitura já iniciou negociação com o proprietário.

Entre os que trabalharam na limpeza da área neste domingo estava Laercio Pio, 38 anos, que há quatro anos trocou a Aldeia Água Branca, em Aquidauna, pela Nova Tereré. Ele mora com o pai, a mulher, um irmão e os filhos, num barraco que construiu para se livrar do aluguel. "Toda vez que chove é o mesmo sofrimento: alaga tudo. Se for à noite, ninguém dorme com medo da enxurrada leva tudo", explica.

Quem também está perseguindo a realização do sonho da casa própria é Marcio Martins Joaquim, 25 anos. Seu objetivo é economizar os R\$ 350,00 que hoje paga de aluguel para comprar material e construir pelo menos duas peças para entrar junto com a mulher (Luzetina Elias Muchacho, 26) e a filha de colo.

O casal trabalha há três anos da Seara/JBS, Márcio também trocou Aquidauana por Sidrolândia em busca de uma oportunidade de trabalho. O casal tem uma renda familiar de R\$ 1.250,00, comprometida em quase 30% só com o aluguel da casa.

Aldeia

A Nova Aldeia Tereré surgiu em 2010, quando o então prefeito Daltro Fiuza, adquiriu três hectares ao lado da aldeia urbana Tereré que acabou perdendo a liderança sobre a nova comunidade. Tem uma topografia irregular, parte fica sobre a nascente do Córrego Cortado, onde deságua toda a enxurrada que desce do Residencial Morada da Serra e do Loteamento Petrópolis.

Boa parte das casas e barracos sofre com alagamentos, que tendem a piorar, quando estas regiões mais altas forem asfaltadas. Como é uma área de preservação ambiental não há como buscar recursos para implantar um sistema de drenagem, que custaria aproximadamente R\$ 2 milhões.